

-----ATA N.º 2/2013 -----

**SESSÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FERREIRA
DO ZÊZERE AOS VINTE E SEIS DIAS
DO MÊS ABRIL DE 2013 -----**

Aos vinte e seis dias do mês de Abril do ano de dois mil e treze, na Vila de Ferreira do Zêzere, Edifício dos Paços do Concelho, face à convocatória para o efeito oportunamente remetida nos termos regimentais, reuniu este Órgão, sob a presidência de Luís Ribeiro Pereira, tendo como 1.º e 2.º Secretários, respetivamente, Eurico de Alcobia e Joaquim de Jesus Ribeiro, com a seguinte **ordem de trabalhos:**-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA-----

1.º- Período de tempo reservado à intervenção do público, nos termos do n.º 6 do art.º 84 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

2.º- Apreciação e votação da ata da sessão realizada em 22 de fevereiro de 2013.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

1.º- Apreciação da informação escrita apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do art.º 53 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

2.º- Assunção de compromissos plurianuais, - para conhecimento - efetuados ao abrigo da deliberação da Assembleia Municipal de 21/12/2012, em cumprimento do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

3.º- Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas, nos termos

da alínea c) do n.º 2 do art.º 53 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

4.º- Outros assuntos de interesse para a Autarquia, nos termos nos termos da alínea q) do n.º 1 do art.º 53 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

Presenças: **Distribuída a folha de Presenças aos membros da Assembleia Municipal, verificou-se a presença de vinte e três dos seus membros, tendo-se registado a ausência do eleito local Dr. José Manuel Duarte.**-----

A Câmara Municipal fez-se representar pelo Presidente **Dr. Jacinto Manuel Lopes Cristas Flores**, e pelos Vereadores **Eng.º Paulo Jorge Alcobia das Neves, Dr.ª Maria Emília da Silva Figueiredo Benedito, Dr. Filipe Vicente Martins e Sr. Sérgio Manuel Roberto Morgado.**-----

Abertura da Sessão: Eram vinte e uma horas e dez minutos quando, verificada a existência de “quorum”, o Presidente da Mesa, nos termos regimentais, declarou aberta a sessão da Assembleia Municipal, cumprimentando todos os membros presentes da câmara municipal, assembleia municipal, comunicação social e público em geral. -----

Período de antes da ordem do dia-----

1.º- **Período de tempo reservado à intervenção do público, nos termos do n.º 6 do art.º 84 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.** -----

O senhor Alberto Pereira do Vale, residente em Pias, dono do café “Aba da Fonte” informou que trazia ali um abaixo-assinado em relação à estrada de Pias/Alviobeira. Não se pode viver junto àquela estrada pois tem muitos buracos e poeira. Tem um estabelecimento aberto todo o dia pelo que gostaria que fizessem alguma coisa por

eles. Solicitou à eleita local Dr.^a Isabel Baptista se esta podia ler o referido abaixo-assinado.-----

A eleita local Dr.^a Isabel Baptista interveio informando que também é redatora e subscritora do abaixo-assinado e procedeu à leitura do mesmo: *«Queremos uma estrada em condições! Aos senhores Presidentes da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal de Ferreira do Zêzere. Os abaixo-assinados, lesados enquanto residentes e utilizadores da estrada municipal n.º 528 no troço Pias-Touco que se encontra quase intransitável, exigem ao executivo da Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere a imediata reparação, com massas betuminosas, do piso da estrada municipal n.º 528 no troço Pias-Touco; Fazem-no pelos seguintes motivos: - há cerca de dois anos que o piso da referida estrada se tem vindo a degradar consideravelmente em resultado da passagem diária de dezenas de pesados ao serviço da empresa responsável pela construção da A13-Nó de Pias; - foram feitas várias diligências e reclamações, a solicitar a reparação da estrada, pela população, junto da autarquia local e as mesmas revelaram-se completamente infrutíferas; - verificam-se diariamente não só graves problemas de segurança rodoviária bem como danos consideráveis e desgaste anormal nos veículos dos utilizadores da via; - a colocação pontual de “tout-venant” para tapar as crateras existentes tem provocado o aumento de poeiras e outros resíduos prejudiciais à saúde pública e ao bem-estar dos moradores; - a utilização de “tout-venant” não resolveu e até agravou o estado da estrada. Conscientes de que este pedido se fundamenta no exercício de uma cidadania empenhada e participativa, os signatários esperam do executivo da Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere e tomada das medidas supra descritas e outras que entendam producentes, com a urgência que o tema merece.»* Em seguida informou que o abaixo-assinado era

subscrito por 175 pessoas.-----

O senhor Alberto Pereira do Vale interveio novamente mostrando um guardanapo com o qual limpou uma mesa do café, que estava muito suja de poeira e referiu que não é só pedir votos, têm que trabalhar e mostrar trabalho. Há pessoas ali que não gostam das Pias.-----

O Presidente da Assembleia Municipal referiu que a resposta terá que ser dada pelo Presidente da Câmara, mas que era evidente que o senhor Alberto tinha razão, como todos os munícipes que moram no local mas, estragou tudo quando falou nos votos. - Estabeleceu-se um pequeno diálogo.-----

A Sr.^a Isabel dos Santos Nunes Leal Rodrigues, moradora na Ponte de Pias, solicitou o uso da palavra para pedir que o Eng.^o Paulo Neves ou o Presidente da Câmara, lhe fizesse a leitura de um documento que tinha em mãos e que fez chegar aos mesmos. Não sabe até que ponto aquilo é verdadeiro ou falso e gostava de saber a opinião da Câmara sobre o assunto. Em relação ao restante gostaria que o senhor Presidente fizesse o favor de se pronunciar sobre a obrigação que ela tem de, no prazo de 30 dias, pôr os números de polícia na porta e, quantos dias, vai ter que estar à espera para que a Câmara seja obrigada a fazer a reabertura da estrada que lhe foi cortada. --

A Sr.^a Maria Adelaide Baião Garcez, lugar de Rio Cimeiro, Dornes, começou por agradecer à Câmara porque pela primeira vez viu uma fotografia do lugar de Rio Cimeiro num mapa turístico do concelho. Em seguida referiu que entregou um requerimento na Câmara há cerca de quatro anos a solicitar colocação de dois postes de eletricidade junto à casa que era da sua mãe. Pensa que não ficará muito caro à Câmara e se ficar também não se importa de pagar alguma coisa por isso. Perguntou se é possível ou não.-----

O Sr. António Francisco, natural da Igreja Nova do Sobral, residente em Tomar, na

qualidade de proprietário de um conjunto de propriedades rústicas que não têm acesso porque a estrada que lhe dava acesso foi interrompida há cerca de um ano. Em junho de 2012 foi o assunto comunicado à Câmara Municipal e em outubro foram informados que a junta de freguesia constatou que a estrada não era pública e que a matéria é uma competência dos tribunais. Isto não corresponde à verdade e em outubro é contestada esta afirmação e são feitas algumas perguntas e lançadas algumas questões à Câmara Municipal. Aguardaram até janeiro 2013 e quando tentaram abordar o senhor Presidente da Câmara foi-lhes dito que aguardassem, que o assunto estava a ser tratado e que esperavam resposta da junta de freguesia. Foi pessoalmente à junta de freguesia e perguntou sobre o assunto tendo sido informado que a junta já tinha respondido à Câmara Municipal em novembro. Só em fevereiro de 2013 a Câmara comunicou que não pode garantir que a estrada é pública anexando a carta da junta que diz que desconhece que o caminho era utilizado pelo público em geral, apesar de estar aberto há muitos anos. Há aqui uma contradição de opinião e verifica-se que não foi feita a necessária inquirição da verdade dos factos. Basta olhar para a carta topográfica para ver que não há outras alternativas ao acesso àquelas propriedades. Perguntou o que é afinal uma via pública. Este assunto também foi posto à Assembleia Municipal em fevereiro e está a aguardar uma resposta. -----

O Presidente da Câmara Municipal em resposta ao público que interveio começou por saudar todos os presentes que era bom ver tanta gente pois era sinal que a democracia funciona e também que se aproximam as eleições. Estas funcionam não só para os políticos mas também para as pessoas, pois problemas que têm vários anos, só em ano de eleições, as pessoas se lembram que os têm. Ao senhor Alberto Pereira do Vale disse que todos sabem que a estrada não estava muito boa antes de

começarem a A13, e nunca escondeu que não ia fazer obras naquela estrada antes da A13 estar pronta. Ficou terminada no fim do ano e desde então tem chovido muito pelo que tornou impossível fazer melhor do que o que têm feito. Finalmente, com a melhoria do tempo vai ser possível fazer algum tipo de intervenção naquela estrada. A empresa responsável pela A13 já assumiu as reparações que vai fazer. Para a próxima semana a Câmara vai colocar algumas massas betuminosas só para minimizar o pó. A empresa irá entretanto começar a fazer as reparações. Se for possível a Câmara irá fazer um tapete em cima das reparações que a empresa realizará, e para o ano que vem levará a camada definitiva. Explicou que nas Câmaras mudou tudo, no que respeita a obter dinheiro para fazer obras, e o problema é esse e não a má vontade do presidente. À senhora Isabel Rodrigues disse que, quanto aos números de polícia, os 30 dias são os que estão no regulamento e são para toda a gente. Quem achar por bem ser cumpridor irá cumprir, a quem não cumprir também não irá multar. Poderão é ficar um pouco mais prejudicados por parte dos correios. Em relação ao documento que lhe pediu para interpretar informou que não é engenheiro e que o engenheiro Paulo Neves, na Câmara, está na qualidade de vereador e não engenheiro. Ninguém melhor do que os responsáveis pela A13 para interpretar aquele documento. Não lhe sabe dizer o que lá está, nem ele nem engenheiro nenhum, sem fazer medições.-----

A Sr.^a Isabel Rodrigues interveio novamente referindo que lhe roubaram 1,2 metro de estrada e que estava ali ao seu lado um homem, com 87 anos, que trabalha as terras à mão. Perguntou como é que aquele homem ia andar numa estrada de via rápida com um carro de mão. Ainda não viu fazerem nada e já disse ao senhor Presidente e dizia agora ali à frente de toda a gente que lhe mataram o marido há 90 dias. -----

O Presidente da Câmara Municipal respondeu que, a senhora Isabel só tinha um local para dizer aquilo que era em tribunal. -----

À senhora Adelaide Garcez disse que um dos trechos do rio que mais gostava era da zona do Rio Cimeiro. Em relação aos postes da EDP vão pedir orçamento e se estiver dentro do orçamento da Câmara vão tentar colocar lá o poste. Ao senhor António Francisco respondeu que a estrada em questão é uma estrada em área florestal e que não é tutelada pela Câmara Municipal pelo que a Câmara perguntou à Junta de Freguesia qual a opinião desta. Também não tem resposta para a questão “o que é uma estrada pública?” porque consoante o juiz que decide, assim uma estrada é pública ou não. A Câmara não tem competências para o decidir e sempre que este problema se coloca só resta ao tribunal decidir. Há coisas que ninguém duvida se são públicas ou não, há outras que causam dúvida e neste caso só o tribunal tem competência para decidir.-----

Estabeleceu-se um breve diálogo entre o Presidente da Câmara e o senhor António Francisco. -----

O Presidente da Assembleia Municipal referiu que, como todos compreendem, a vontade da Câmara e do senhor Presidente da Câmara seria resolver os problemas de todos mas, se Câmara intervir, o senhor que entende que a estrada é propriedade dele, pode mover um processo contra a Câmara. Se calhar os queixosos têm que começar por apresentar queixa na GNR. A Assembleia não pode dizer mais do que isto. -----

O eleito local Sr. José Manuel Feliz solicitou o uso da palavra para referir que a Junta não tem provas, nem nada escrito em concreto, de que a estrada é pública, o que é certo, é que se trata de uma estrada que está aberta há muitos anos e que serve diversos moradores. É um pouco difícil a Junta de Freguesia mandar lá a máquina e

limpar a estrada, mas pensa que a Câmara tem mais competências para isso, facto pelo qual mandou o ofício para a Câmara. -----

O eleito local Sr. Armando Alexandre interveio questionado sobre o não envio, como era habitual, da documentação referente a esta sessão para os membros da Assembleia Municipal. A informação que lhe foi dada foi que o senhor Presidente da Câmara decidiu não enviar a documentação, aos deputados municipais, referente aos assuntos que fazem parte da ordem de trabalhos. Esta Assembleia não aprovou tal decisão tanto mais que nem todos os deputados municipais terão a facilidade de acesso à internet. Esta decisão arbitrária vem privar os elementos desta Assembleia do acesso à informação contida nos referidos documentos, especialmente o da Prestação de Contas de 2012. Perguntou se a sala da Assembleia já está equipada com sistema informático para que todos tenham acesso à consulta da documentação. Solicitou que a Assembleia fosse informada de quem partiu a decisão e baseada em quê dado que contraria o regulamento da Assembleia Municipal no artigo 17.º n.º 5 e 6.-----

O Presidente da Assembleia Municipal pediu ao senhor Presidente da Câmara para informar sobre o assunto. -----

O Presidente da Câmara Municipal em resposta referiu que tem “zero” a ver com a ordem de trabalhos, e com o envio da documentação. A única coisa que falou com o funcionário José Simões foi para se enviar conforme o habitual ou seja, os que habitualmente recebiam por e-mail receberiam por e-mail, os que recebiam por papel receberiam por papel. -----

O Presidente da Assembleia Municipal dirigindo-se ao funcionário José Simões referiu que também não lhe deu instruções em contrário, para dizer o que se passava.

O Presidente da Câmara Municipal retomou a palavra dizendo que também sabe que há pessoas que moram em Lisboa e querem receber a correspondência noutro lado e outras vezes estão cá e querem receber a correspondência em Lisboa. -----

O eleito local Sr. Armando Alexandre disse que, quando está em Ferreira do Zêzere, tem o cuidado de dizer ao funcionário José Simões que não vale a pena gastar dinheiro em correio, que assim que estiver pronta que o avise que passa pela Câmara e leva em mão. E foi isso que fez. Na sexta-feira passada, passou pela Câmara e foi-lhe dito que tinha instruções para não entregar a documentação em papel. -----

A funcionária Cristina Cruz solicitou o uso da palavra dizendo que o José Simões estava ali a responder um bocado sozinho quando se calhar também ela tinha culpa na matéria. Há pessoas que recebem por mail e por papel, mas como sabem está-se numa situação de crise. -----

O Presidente da Assembleia Municipal referiu que a crise não pode pagar tudo e não podem ser os funcionários a dizer que há crise. Se tivesse sido o Presidente da Câmara até o admitia, agora o funcionário dizer que entendeu não mandar porque há crise, isso não. Acrescentou que ia engolir o “sapinho” e avançar.-----

O Presidente da Câmara Municipal foi de opinião que convinha de vez, ficar preto no branco quem quer receber por mail e só por mail e quem quer receber em papel e só em papel.-----

O Presidente da Assembleia Municipal questionou acerca disto e finalizou dizendo que já estava decidido e se voltava à forma inicial. Questionou o funcionário José Simões se tinha alguma dúvida, o qual respondeu que não. -----

Estabeleceu-se algum diálogo entre os Membros da Assembleia Municipal.-----

O Presidente da Assembleia Municipal foi de opinião que, se calhar, todos tomaram conhecimento por e-mail, mas nem todos têm papel para imprimir. -----

2.º- Apreciação e votação da ata da sessão realizada em 22 de fevereiro de 2013.

Período da ordem do dia -----

A eleita local Dr.ª Isabel Baptista interveio solicitando a correção de uma gralha. -----

A eleita local Dr.ª Maria da Piedade Graça no uso da palavra solicitou a alteração de uma frase que não lhe parece muito correta e explícita.-----

Colocada a votação a ata foi aprovada por maioria com duas abstenções dos eleitos locais que não estiveram presentes na sessão a que a mesma se refere. -----

1.º- Apreciação da informação escrita apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do art.º 53 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

Não se verificaram intervenções. -----

2.º- Assunção de compromissos plurianuais, - para conhecimento - efetuados ao abrigo da deliberação da Assembleia Municipal de 21/12/2012, em cumprimento do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

Foi presente para conhecimento, a listagem dos compromissos plurianuais efetuados ao abrigo da deliberação da Assembleia Municipal de 21/12/2012, em cumprimento da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e ninguém interveio. -----

3.º- Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 53 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

O eleito local Sr. Bruno Gomes interveio dizendo que queria, primeiro que tudo, lembrar que a prestação de contas era sempre uma Assembleia Municipal onde um grande amigo e, um grande amigo do concelho intervinha. O Dr. Jorge Godinho tinha sempre excelentes intervenções e era sempre ele o responsável por aquele

ponto. Deixava ali a lembrança do valor que ele tinha e da pessoa que ele era. Relativamente ao balanço não é especialista, viu só alguns valores que o deixaram, de certa forma apreensivo: o resultado líquido negativo e o total do passivo. Como nota positiva verificou a redução de cerca de 7% de passivo. A despesa corrente aumentou 3,4%, embora perceba que haja também a questão da inflação. Pediu ao Presidente da Câmara que lhe explicasse o facto das dívidas a terceiros de curto prazo estarem subavaliadas e as de médio longo prazo estarem sobreavaliadas. Perguntou o que é que estas contas implicam para o futuro de Ferreira do Zêzere em 2013. Não colocou esta questão no orçamento porque este não é um documento fechado, mas as contas são.-----

O eleito local Dr. Eduardo Mendes interveio referindo que realmente sentiam ali a falta do Dr. Jorge Godinho. As contas são o que são, e as pessoas sabem ler. Salientou, politicamente, o excelente relatório que acompanha as contas. Estas têm fraquezas que estão lá evidenciadas e, tem algumas virtudes que estão bem apresentadas. Este relatório não envergonharia qualquer grande empresa quanto a clareza e também quanto a alguma ratices. Da sua parte realçou a libertação de meios, que se torna evidente, com um superavit das receitas correntes sobre as despesas correntes para despesas de capital. Também destacou a redução do passivo quer de curto quer de médio e longo prazo e verificou que a Câmara de Ferreira tem dívidas, mas está um bocadinho melhor que o estado geral da Nação. Pediu para quando fizessem gráficos, não colocarem fundos pois gasta muita tinta a imprimir. Pediu ao senhor Presidente para comentar uma possível relação da assinatura do acordo das dívidas da água, com a redução do passivo e, em que é que consiste o acréscimo de custos e proveitos diferidos. Também gostaria que o senhor Presidente comentasse a influência do cálculo do endividamento de uma reserva que aparece no ponto sete da

certificação do ROC. -----

O Presidente da Câmara Municipal usou a palavra para responder às questões colocadas. Ao eleito local Sr. Bruno Gomes disse que a apresentação das contas não é mais do que escrever a história. As implicações que têm são que o previsto, a curto prazo, é para o presente ano e o que está a médio longo prazo é para os próximos anos. Como em qualquer contabilidade de qualquer empresa ou país as contas nunca são só de um ano e são sempre uma aproximação. As contas são o passado e o orçamento é o futuro. Em relação ao passivo, o que têm que pagar são cerca de dez milhões e está mais baixo que no ano passado. Conseguiram baixar o passivo a médio longo prazo (aos bancos) 7%. A dívida a fornecedores no curto prazo baixou 20% e aqui está refletido o acordo feito com a Águas do Centro. Quanto à reserva referida no ponto sete, trata-se do montante que a Câmara vai ter de pagar no ano de 2013 de capital dos empréstimos. Segundo o Revisor Oficial de Contas devia ir-se, no dia 1 de Janeiro “puxar” aquela dívida, que transitou de ano, como dívida de médio longo prazo, para dívida de curto prazo. Em termos contabilísticos faz com que a dívida de curto prazo passe a ser maior e a de médio longo prazo menor. Há sempre dualidade de critérios. Os diferimentos referem-se aos subsídios que a Câmara recebeu de FEDER para os imobilizados que foi construindo, e que apenas são amortizados à medida que o bem é amortizado. É um passivo que não é pagável, é só para efeitos de movimentos contabilísticos. Em relação a 2011 as contas melhoraram um bocadinho. Não são ainda aquilo que o Estado quer pois, com as normas que está a impor, as contas das Câmaras, daqui a uns anos, serão com passivo zero ou muito próximo disso e sem endividamento. Recordou que neste mandato já foram retirados à Câmara de Ferreira do Zêzere só em FEF, um milhão setecentos e oitenta mil euros, fora o que foi retirado indiretamente, que pelas suas

contas já chega a cerca de três milhões. A execução orçamental foi baixa porque havia uma verba de três milhões que tinha que estar no orçamento para 2012 para resolver alguns problemas. Se retirassem esta verba teriam uma execução de cerca de 73%. Acredita que este ano vão ter uma execução orçamental acima dos 90%, mas se calhar era melhor ter uma execução orçamental mais baixa e ter uma certa flexibilidade. Se os cortes continuarem, como se prevê, não sabe onde é que se vai cortar mais. As águas subiram 7% em 2013 e esse valor a Câmara não fez refletir nos ferreirenses porque acreditam que as roturas que estão a conseguir detetar e corrigir compensam isso. Informou que em junho vão trazer à Assembleia Municipal o mapa do que vão fazer em termos de arruamentos e que, provavelmente, o valor destinado aos mesmos vai descer, uma vez que a Câmara vai ter de pagar a mais do que inicialmente previsto, cerca de oitenta mil euros de subsídios, com que não estava a contar, e não pode cortar quase em mais lado nenhum a não ser em estradas. É o único sítio onde tem alguma folga. -----

Apreciados os documentos de Prestação de Contas, obteve-se o seguinte resultado após votação: quinze votos a favor, dos eleitos locais do Partido Social Democrata e oito abstenções, dos eleitos locais do Partido Socialista. -----

4.º- Outros assuntos de interesse para a Autarquia, nos termos nos termos da alínea q) do n.º 1 do art.º 53 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

O eleito local Sr. Armando Alexandre interveio referindo que quando se fala em custos com a iluminação pública pensa que a Câmara tem que puxar as orelhas à EDP porque vê-se, com muita frequência, a iluminação pública ligada em pleno dia. A eleita local Sr.^a Isabel Mendes solicitou um esclarecimento sobre a senhora do público que acusou a Câmara de ter morto o marido. Não tem conhecimento nenhum

sobre o caso e ficou sem perceber o que se passou.-----

O eleito local Sr. Bruno Gomes, no uso da palavra, referiu que as atas da Assembleia Municipal não estão atualizadas no site por isso tem que andar sempre a chatear o senhor Simões que, felizmente, o trata sempre bem. Perguntou se já se tinha resolvido a questão com a senhora que esteve presente na última sessão da Assembleia sobre a situação de acesso à sua casa que se situa na freguesia do Beco. Informou que a sua mãe vive nas Pias e já foi colocado lá, por parte da Câmara Municipal a morada, mas com a união das freguesias perguntou se a morada fica a mesma.-----

O eleito local Sr. José Manuel Feliz, a respeito das serventias públicas. referiu que é um problema que se tem vindo a agravar. Já surgiu outro problema na freguesia da Igreja Nova do Sobral pelo que julga que a Câmara devia arriscar mais, ser um bocadinho mais esclarecedora ou tentar saber o que é que se pode fazer mais acerca disso, pois se as estradas já estão abertas há uma série de anos e servem tanta gente, deve haver uma maneira de serem públicas. -----

O Presidente da Câmara em resposta ao Sr. Armando Alexandre referiu que ele tem razão quanto à EDP, pois deviam identificar os bip's que têm as lâmpadas fundidas, a seguir assinalavam e depois desligavam as lâmpadas. Eles não ligam muito ao que se lhe diz mas, felizmente, a relação com a EDP tem melhorado muito. No entanto, a Câmara já anda a falar em desligar as luzes durante a noite desde 2010 e a EDP continua a não desligar. À Sr.^a Isabel Mendes e, em relação à morte do senhor, esclareceu que é uma casa situada no final da Ponte de Pias, quando se começa a subir para a estrada nova. Inicialmente a empresa, para ligar a antiga estrada à nova variante, tinha previsto uma rotunda até ao dia em que estava a acabar o prazo e fizeram aquela entrada. Nunca avisaram a Câmara e foi uma surpresa absoluta

quando viram que não ia ser uma rotunda. A senhora entretanto também não se queixou e a senhora ficou com uma entrada um bocado pior. Entretanto a Ascendi, já depois da estrada aberta, foi à antiga estrada, cortou-a para ligar umas águas e aquilo ficou aberto. O que acontece é que as pessoas que têm quintais agora têm que subir a rampa, com os carros de mão, e depois descer. É muito difícil e é um perigo. A senhora quer que seja reposta a ligação mas, a resposta que chegou à Câmara, por parte da Pinhal é que, por motivos de segurança rodoviária, não é possível manter em funcionamento nas condições sugeridas o troço da EN348 desativado. É claro que a Câmara vai tentar reverter esta situação porque julga que a senhora tem direito a ter um acesso digno. É preferível falar com a senhora com calma pois ela até percebe algumas coisas, mas depois quando se fala no marido descompensa um bocadinho. Ela diz que todos mataram o marido porque, o marido em Janeiro, estava em Lisboa indeciso se vinha ou não para Ferreira do Zêzere e, entretanto apagou-se. A senhora diz que foi devido a toda a situação. Disse à senhora para, se ela assim o entendesse, ir a tribunal e fazer uma queixa contra o Presidente da Câmara. Em relação à questão da morada para as novas freguesias o que poderá mudar é o código postal. Quem mudar a morada pode pedir uma certidão na Câmara ou na Junta de Freguesia em como a morada mudou e assim não pagam a alteração da morada nos documentos. Ao Sr. José Manuel Antunes Feliz referiu que acha que as Juntas de Freguesia devem arriscar mais porque os caminhos vicinais são uma competência das mesmas, de acordo com a lei. O que aconselha, e que tem funcionado bem com algumas Juntas de Freguesia é que, sempre que possível, chamem as pessoas ao local e todos em conjunto tentem resolver a situação. É claro que a Câmara pode tentar ajudar até com a jurista do Município, mas pensa que é mais profícuo reunir as partes todas no local. Quando é mais complicado só existe a solução de recorrer a

tribunal. Em relação à senhora do Beco, a Câmara Municipal tomou uma posição que vai transmitir à senhora e que é a seguinte: se ela garantir que consegue a colocação da caixa do contador da água no limite da propriedade a Câmara coloca lá o contador. Se a senhora não conseguir fazer isso só resta à Câmara devolver-lhe o dinheiro, com juros, pois não podem andar toda a vida a alimentar uma guerra que não é bem com a Câmara, é uma guerra de vizinhos. Esteve hoje no local com o vice-presidente e não se consegue perceber que é um caminho. A própria Junta certificou que teria sido, talvez em 1990, que passou a última vez a limpar. Em seguida e, em relação ao convite para a conferência com o Professor Marcelo Rebelo de Sousa, pediu para estarem presentes e para confirmarem a presença, por uma questão de espaço. No dia 15 de junho vai haver outra conferência com o Professor Jorge Miranda e o Monsenhor Feytor Pinto sobre o “Estado Social” pelo que sugeriu que a sessão da Assembleia Municipal se realizasse dia 14. -----

O eleito local Sr. Armando Alexandre referiu que já foi ali falado várias vezes sobre um regulamento para a distinção de ilustres ferreirenses a ter lugar numa cerimónia pública no dia do Feriado Municipal. Perguntou se esse célebre regulamento já está em marcha ou não. -----

O Presidente da Câmara Municipal referiu que aquele regulamento é uma proposta do Dr. Eduardo Mendes já há muito anos. Concorda plenamente com aquilo mas tem tido outras prioridades, o que não quer dizer que os ferreirenses não devam ser devidamente reconhecidos. -----

O eleito local Sr. Armando Alexandre retomou a palavra dizendo que levantou a questão porque vão deixando passar o tempo e há pessoas que vão desaparecendo devido à sua idade. Seria bonito uma cerimónia pública com as pessoas que se vão distinguindo nos mais variados setores, dando testemunho desse exemplo às

ATA DE 26 de abril de 2013

gerações mais novas. -----

E não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a presença de todos, e deu por encerrada a sessão, pelas vinte e três horas e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal. -----

Luís Ribeiro Pereira _____

Eurico de Alcobia _____

Joaquim de Jesus Ribeiro _____